

1 Ata da reunião nº 795 do Conselho
2 Universitário da Universidade
3 Estadual de Londrina, realizada no
4 dia 03 de março de 2023.

5 No dia três do mês de março do ano de dois mil e vinte três, às nove
6 horas na sala virtual: meet.google.com/ded-pcbq-nxk, em razão do
7 isolamento social decorrente da pandemia de coronavírus, reuniu-
8 se ordinariamente o Conselho Universitário da Universidade Estadual
9 de Londrina, sob a presidência da Reitora, Profa. Marta Regina
10 Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor, prof. Dr. Airton José
11 Petris e dos seguintes Conselheiros: Sérgio Carlos de Carvalho,
12 Azenil Staviski, Ana Márcia Tucci de Carvalho, Paulo Liboni, Suzana
13 Mali de Oliveira, Inês Cristina de Batista Fonseca, Rosane Suely
14 Álvares Lunardelli, Alan Salvany Felinto, João Antonio Zequi, Carrie
15 Chueire Ramos Galvan, Miguel Belinati Piccirillo, Luiz Alberto Garcia
16 de Freitas, Laura Taddei Brandini, José Fernando Mangili Júnior,
17 Angela Palma, Dircel Aparecida Kailer, Renata Perfeito Ribeiro,
18 Andréa Pires Rocha, Roberta Puccetti, Ayoub Hanna Ayoub, Larissa
19 Bodroff Daros, Carlos Alberto Albertuni, Guilherme Schiess Cardoso,
20 Paulo César Meletti, Reginaldo Melhado, Elisa Emi Tanaka Carloto,
21 Nirian Donat, Nilson Magagnin Filho, Eliel Ribeiro Machado, Lorena
22 Ferreira Portes, Sinival Osório Pitaguari, Joabe Vieira da Costa,
23 Aurélio Pereira, Rafael Bataglia da Silva, Jonatan Marques da Silva,
24 Luciana Toshie Sumigawa e Lenir de Assis. Ausências Justificadas:
25 Leandro Altimari e Crivaldo Gomes Cardoso Junior. Convidados:
26 Ariella Motter, Tania Muniz, Edmarlon Giroto, Wellington Cardador,
27 Decio Berti Junior, Rene Chiquetti Rodrigues, Alberto Duran
28 Gonzalez e Lisiane de Freitas, **I ORDEM DO DIA.** Inicialmente a
29 Reitora, profª Marta Favaro abriu para consulta sobre o retorno
30 presencial das reuniões deste Conselho. Profª Angela Palma
31 manifestou-se favorável e propôs que o início das reuniões seja às
32 8h30, como em anos anteriores. Colocado em regime de votação, a
33 proposta de retomada das reuniões presenciais do Conselho
34 Universitário e da mudança do horário para 8h30, foi aprovada com 21
35 (vinte e um) votos favoráveis, 5 (cinco) votos contrários e 2 (duas)
36 abstenções. **1) Discussão e votação da Ata nº 788 - Homenagem**
37 **da Sra. Yá Mukumbi (18/11/2022).** Aprovada com 4 (quatro)
38 abstenções. **2) Discussão e votação da Ata nº 789 - Homenagem**
39 **ao Dr. Ascêncio (01/12/2022).** Aprovada com 5 (cinco) abstenções.
40 **3) Discussão e votação da Ata nº 790 (02/12/2022).** Aprovada com 4
41 (quatro) abstenções. **4) Processo 20.095.384-3 - GABINETE DA**

1 **REITORIA - indicação de 3 membros do Conselho Universitário (1**
2 **docente, 1 agente universitário, 1 estudante), para compor o**
3 **Grupo de Trabalho, cujo objeto será: estudo da LGU com vistas a**
4 **elaboração de propostas de revisão dos dispositivos segundo o**
5 **interesse institucional e as possibilidades legais/constitucionais.**
6 **(Relatores: Câmara de Legislação e Recursos e Profa. Dra. Marta**
7 **Favaro).** O presidente da Câmara de Legislação e Recursos, prof.
8 Miguel Belinati Piccirillo, informou que a Câmara de Legislação e
9 Recursos se reuniu no dia 24 de fevereiro de 2023 e analisou o
10 processo nº 20.095.384-3, encaminhado pelo Gabinete da Reitoria. O
11 objeto do processo é a indicação pelo Conselho Universitário, de 3
12 membros (1 Docente, 1 agente universitário e 1 estudante) para
13 compor o Grupo de Trabalho sobre a discussão da LGU. Pela
14 natureza do processo a Câmara de Legislação e Recursos o
15 considerou apto para a discussão no Conselho Universitário. A
16 Reitora informou que o Conselho de Administração indicou os
17 seguintes membros: Diretores de Centros: Laura Tadei Brandina;
18 Miguel Belinati Piccirillo; Carlos Eduardo Caldarelli; Edmilson
19 Lenardão; Inês Cristina de Batista Fonseca; João Antonio Cyrino
20 Zequi e o Agente Universitário Davi Miranda. O Conselho de Ensino,
21 Pesquisa e Extensão indicou os seguintes membros: 1) Dircel
22 Aparecida Kailer (Câmara de Pesquisa); 2) Sandra Malta Barbosa
23 (Câmara de Graduação); 3) Cássia Cilene Dezan Garbelini (Câmara
24 de Extensão); Suplente: Ana Patrícia Pires Nalesso. A Câmara de
25 Pós-Graduação fará a indicação após a reunião ordinária do mês de
26 março, considerando que não houve quorum na última reunião. Prof.
27 Sinival Osório Pitaguari manifestou a importância desse Grupo de
28 Trabalho, embora entenda que já era para ter acontecido uma
29 iniciativa da administração no sentido de questionar juridicamente e
30 derrubar por um todo a LGU e acredita que isso deve estar sendo feito
31 pelo Sindicato. Acredita que a Universidade, enquanto Instituição, é a
32 pessoa jurídica mais apropriada para fazer isso. Declarou ainda, a
33 respeito dos termos dessa revisão, pois bem antes da LGU ser
34 aprovada, no início da gestão do prof. Sérgio Carvalho como Reitor,
35 encaminhou uma proposta por e-mail ao seu chefe de Departamento,
36 Diretor do Centro e ao Reitor. Acreditava que se não fosse
37 apresentada uma proposta de contratação de professores, de agentes
38 universitários e de financiamento, a LGU seria aprovada pelo Governo
39 do Estado e de fato foi. Entende que qualquer proposta de
40 regulamentação tem que partir da exata demanda que as
41 Universidades têm e devem ser analisadas em todos os Cursos de
42 Departamentos. Se existe uma sala de aulas com alunos, tem que ter

1 professor e se tem uma carga horária para atividades administrativas,
2 tem que ser estabelecida e precisa haver contratação para isso. Hoje
3 o limite de carga horária para participação em atividade de projetos de
4 pesquisa, extensão ou ensino é de 16 horas. O Governo considera
5 esse limite alto, portanto é preciso negociar uma outra carga horária,
6 mas é importante ter uma média estabelecida para essas atividades
7 para cada professor e depois o Departamento administra isso.
8 Precisamos de uma Lei que atenda a exata especificidade de cada
9 Departamento e termos autonomia para as contratações e
10 substituições do pessoal que se aposenta. A partir da demanda real
11 existente hoje, quando a Universidade criar um curso que aumentará
12 a demanda de carga horária de docentes e técnicos, negocia-se
13 novamente com o Governo do Estado. Finalizou dizendo que todo
14 esse material pode ser repassado à Comissão. Prof. Ayoub Hanna
15 Ayoub considera importantes as ponderações feitas pelo prof. Sinival,
16 no entanto acredita que é preciso atentar à pauta da reunião, que é
17 apenas a indicação de membros para a composição do Grupo de
18 Trabalho e não a discussão do assunto. Disse que foi discutido na
19 assembleia do SINDIPROL ontem, a respeito de ações judiciais e
20 houve informações de uma manifestação antiga do Sindicato,
21 baseada em docentes do Curso de Direito, questionando a
22 constitucionalidade da LGU, mas o Sindicato não pode mover este
23 tipo de ação. Disse que foi constituída uma Comissão semelhante na
24 Universidade que elaborou um relatório, mas até o momento, não foi
25 movida nenhuma ação de constitucionalidade por parte da UEL. A
26 Reitora esclareceu que foi constituído um Grupo de Trabalho e o
27 relatório foi disponibilizado inclusive para o Sindicato. Esclareceu
28 ainda que a Universidade não pode, enquanto instituição, entrar com
29 uma ação de inconstitucionalidade. Esta ação existe, foi movida por
30 Deputados Estaduais e há inclusive uma manifestação do Ministério
31 Público a partir dos pontos elencados na solicitação, daquilo que é
32 avaliado como inconstitucional e o que é sustentado
33 constitucionalmente. Prof^a Lorena Ferreira Portes ressaltou que
34 apesar de constar SINTEMAR no documento, todos os demais
35 Sindicatos que envolvem o comando sindical docente participaram da
36 articulação, ou seja, foi uma ação pensada pelo Coletivo de Sindicatos
37 das IES. Jonatan Marques da Silva considera muito importante a
38 discussão sobre a LGU, porque é perceptível a apatia nos
39 funcionários, por causa das terceirizações dos serviços, sem
40 perspectivas de crescimento na carreira, sem data base e o
41 sucateamento da Universidade pelo Governo do Estado. Fez um
42 apelo à administração na tentativa de levar ao Governo a necessidade

1 de concursos públicos. A Reitora esclareceu que a administração
2 apresentou uma demanda à APIESP, que encaminhou ao Governo do
3 Estado. Colocado em regime de votação, o Conselho aprovou, por
4 unanimidade, as seguintes indicações: representante docente: Mirian
5 Donat; representante dos agentes universitários: Aurélio Pereira. A
6 representação discente deverá aguardar a indicação pelo DCE. **5)**
7 **Processo nº 19.448.478-0 - GABINETE DA REITORIA - deliberar**
8 **acerca da minuta da Política de Privacidade e Proteção de Dados**
9 **Pessoais da Universidade Estadual de Londrina (PPDP-UEL).**
10 **(Relatores: Câmara de Legislação e Recursos e Profa. Dra. Tânia**
11 **Lobo).** O presidente da Câmara de Legislação e Recursos, prof.
12 Miguel Belinati Piccirillo informou que a Câmara de Legislação e
13 Recursos, em reunião no dia 24 de fevereiro de 2023, analisou o
14 processo que trata da Política de Privacidade de Dados Pessoais e
15 tem como interessado a Universidade Estadual de Londrina, cujo
16 objetivo é de apresentar as normas de tratamento de dados pessoais
17 de toda a comunidade externa e interna da Instituição. A Câmara de
18 Legislação analisou o processo e verificou que foram feitas consultas
19 à Procuradoria Jurídica da UEL à Proplan. O órgão sugeriu a inclusão
20 de um parágrafo no artigo 6º sobre a figura do Encarregado de Dados
21 Pessoais da UEL. Entende-se que as formalidades foram respeitadas
22 e que o Processo está apto para discussão no Conselho Universitário.
23 Essa Câmara destaca que a observação da Proplan é pertinente e
24 deve ser avaliada pelo citado Conselho. A Reitora passou a palavra à
25 Procuradora Jurídica, profª Tânia Lobo Muniz que ressaltou a
26 importância e a obrigação legal em regulamentar como a proteção de
27 dados se dará na Instituição. O ponto de partida para esse
28 regramento é a política que reflete de forma objetiva, o conteúdo da
29 Lei Geral de Proteção de Dados, amparada na Lei de Acesso à
30 Informação. Disse que todas as atividades e informações são
31 digitalizadas e a partir daí, criam-se dados e a possibilidade de
32 confrontar os dados e usá-los de inúmeras maneiras. Quando se fala
33 da Lei Geral de Proteção de Dados, se tem a ideia de proteção da
34 liberdade e da privacidade do indivíduo, ou seja, fazer com que os
35 dados digitalizados possam ser protegidos. Essa política faz
36 exatamente isso, ela diz como institucionalmente ao aplicar a Lei
37 Geral de Proteção de Dados, protegeremos pessoas que se
38 relacionam com a Universidade nos seus mais diversos aspectos.
39 Para isso, a política traz uma série de dispositivos. Nas disposições
40 gerais mostra com o objeto, o que pretende em termos institucionais,
41 que é a relação com a comunidade interna e externa. Ela traz os
42 princípios que são internalizados como uma forma de dar

1 conhecimento à Universidade, Traz a ideia da Comissão do Comitê
2 Gestor, que implementará todas as normas na Instituição. Este
3 Comitê é capitaneado pelo encarregado de dados, figura central no
4 processo, que conduzirá e se relacionará de forma mais direta com
5 autoridades nacionais que gerenciarão a proteção de dados no Brasil.
6 O tratamento de dados é a forma como serão coletados os dados e o
7 que será feito deles institucionalmente e o conceito dos dados
8 colocados no mundo digital. Como trabalhar com eles e a
9 possibilidade de, independente de autorização ou consentimento,
10 trabalhar os dados. Estes pontos estão ancorados na Lei Geral de
11 Proteção de Dados, dentro de uma autorização legal e traduzem
12 como a instituição entendeu essa autorização legal dentro da
13 característica de instituição de ensino. Existe também a preocupação
14 no tratamento dos dados em relação aos estudantes, docentes,
15 candidatos aos processos seletivos pela COPS, por exemplo, que terá
16 uma coleta de dados significativa. Existe ainda a ideia dos dados
17 coletados a partir de projetos de pesquisa e demais projetos, inclusive
18 aqueles com participação externa. Há um tratamento significativo em
19 relação a quem são essas pessoas que coletarão dados, trabalharão
20 com esses dados, e que tenham qualquer tipo de ligação ou
21 participação na Universidade. Outra questão importante são os
22 periódicos, com uma significativa coleta de dados e/ou de imagens,
23 que também estarão amparados institucionalmente. A política também
24 engloba os direitos dos titulares e traz uma conceitualização de
25 termos para entender cada uma das ações que serão respaldadas
26 internamente; a forma como será processada a solicitação dos dados
27 e informações digitalizadas internamente e a possibilidade e
28 necessidade de estabelecer parâmetros, direciona a ideia de uma
29 política de segurança da informação, que é essencial do ponto de
30 vista da Instituição. Nas considerações finais, são colocados aspectos
31 importantes da proteção de dados, porque mostra a ideia de manter
32 os dados sempre atualizados. Outro dado muito importante é o
33 relatório de impacto de proteção de dados na instituição, a fim de
34 levantar os pontos problemáticos e tomar medidas de mitigação.
35 Finalizou dizendo que a Lei Geral de Proteção de Dados é um
36 documento muito significativo para a Universidade, além de que
37 estaremos cumprindo uma Lei Federal. Colocado em regime de
38 discussão, o Prof. Nilson Magagnin sugeriu acrescentar no § 3º do
39 artigo 5º, o número de reconduções. Profª Tânia informou que
40 tecnicamente não haveria problema colocar uma temporalidade, no
41 entanto explicou sobre as dificuldades em inserir pessoas nas
42 diferentes comissões, bem como o fato de que essas indicações

1 estarão condicionadas ao titular do órgão. Prof. Ayoub Hanna Ayoub
2 reafirmou a necessidade desta regulamentação, pois em muitos locais
3 a proteção de dados é usada como impeditivo para não liberação de
4 informações, com base na Lei da Transparência. Prof. Carlos Alberto
5 Albertuni citou o inciso III do artigo 4º, das competências do Comitê
6 Gestor, de “revisar a política de privacidade e proteção de dados”.
7 Tem dúvidas se está implicado que o Comitê tem obrigação de
8 encaminhar, ao detectar problemas ou deficiências. A Reitora
9 esclareceu que a revisão será uma ação constante e deverá ser
10 apresentada aos Conselhos constituídos. Profª Lorena Ferreira Portes
11 demonstrou dúvidas no artigo 18, que se refere a coleta de dados e
12 questionou o que de fato está sendo inovador neste artigo, porque
13 hoje, ao elaborar projetos, tem que passar pelo Comitê de Ética,
14 apresentar um termo de consentimento bem esclarecido. Aqui há uma
15 especificidade sobre a coleta de dados pessoais. Quando há
16 identificação com a coleta de dados pessoais, será exigido um termo
17 de consentimento para o uso dos dados? Profª Lisiane Freitas de
18 Freitas esclareceu que existem muitas dúvidas dos pesquisadores
19 que coletam dados e fazem entrevistas. Além da responsabilidade e
20 da aprovação pelo Comitê de Ética, também há o cuidado com os
21 dados pessoais e isso começa antes da coleta de dados e é preciso
22 consentimento. O cuidado não é apenas na coleta, mas no tratamento
23 e no descarte do material coletado. Na verdade, é um trabalho a mais
24 além do trabalho do Comitê de Ética que já faz um trabalho
25 excepcional nas pesquisas. Profª Inês Cristina de Batista Fonseca
26 sugeriu alteração na minuta, onde se lê: “Política de Proteção de
27 Dados Pessoais da UEL”, leia-se “Política de Proteção de Dados no
28 Âmbito da UEL”. Parabenizou o trabalho do grupo que elaborou a
29 proposta. Prof. José Fernando Mangili Junior solicitou esclarecimentos
30 em relação ao artigo 3º da Lei 13.709/2018 de Proteção de Dados
31 “pessoa natural ou pessoa jurídica”, pois gostaria de entender o limiar
32 entre pessoa jurídica com CPF da UEL e a pessoa física da
33 comunidade como um todo. A Advogada da PJU Ariela Kely Motter
34 esclareceu que o artigo 3º da Lei Geral de Proteção de Dados,
35 justamente por ser um regramento nacional, esmiuça que este dever
36 de proteger a privacidade e os dados que são coletados, se aplica
37 tanto a pessoas físicas, quanto a pessoas jurídicas. Na UEL
38 respondemos pelos dados, na qualidade de pessoa jurídica. O artigo
39 3º contempla ambas as possibilidades. Profª Laura Taddei Brandini
40 solicitou esclarecimentos em relação ao item I do artigo 14 “dados
41 pessoais poderão ser compartilhados com os terceiros externos da
42 UEL, quando do cumprimento de medidas para proteção da vida, da

1 incolumidade física do titular ou de terceiro e para a tutela de sua
2 saúde”. Tem dúvidas sobre quem irá julgar o pedido de terceiros que
3 queiram dados de alguém da UEL, se esse pedido está enquadrado
4 nessa medida de proteção da vida. A pessoa tem que entrar com um
5 mandado judicial externo ou a nossa jurídica avaliará se está dentro
6 dos itens previstos. Tanto no artigo 16, quando no capítulo IV constam
7 que a pessoa detentora dos dados tem que autorizar que eles sejam
8 compartilhados com terceiros e essa autorização não consta no artigo
9 14. Prof^a Lisiane esclareceu que é justamente por isso que deve
10 existir a figura do encarregado de dados, que analisa à luz da
11 legislação e à luz da política de dados, ou seja, toda demanda em
12 relação a dados pessoais é direcionada primeiramente ao
13 encarregado de dados. Colocada em regime de votação, a Política de
14 Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Universidade Estadual
15 de Londrina foi aprovada por unanimidade. Ver Resolução CU Nº
16 013/2023. A Reitora agradeceu o Conselho pela aprovação da nova
17 Política na Universidade. A Prof^a Lisiane agradeceu o trabalho coletivo
18 que começou em 2020. Destacou que a Assessoria de Tecnologia da
19 Informação também tem feito reuniões semanais, pois a segurança de
20 dados pessoais não envolve apenas a legislação, mas todo um fluxo
21 de ciência da informação. Agradeceu ainda a Procuradoria Jurídica e
22 a todos os envolvidos na construção desta proposta. Prof^a Tânia
23 destacou que este é um momento extremamente significativo pois
24 trabalhar a proteção de dados é algo necessário e é sobretudo uma
25 mudança de cultura em relação a ideia de coleta de dados,
26 construção de dados e tratamento de dados. Colocou a Procuradoria
27 Jurídica à disposição. **II INFORMES**. A Reitora informou que foi
28 encaminhada no início do mês de janeiro de 2023, uma solicitação à
29 APIESP para fazer chegar ao Governo do Estado, a necessidade de
30 discussão das condições de trabalho na UEL em relação a docentes e
31 agentes universitários. Informou ainda, que todos os Reitores das
32 Universidades Federais foram atendidos em uma grande audiência
33 pelo Ministro da Educação. Diante da necessidade de uma maior
34 aproximação com o Governo Federal, a ABRUEM também solicitou
35 uma audiência, que foi agendada para a próxima semana. No dia 7
36 com a Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação e no dia 8 com o
37 Ministro da Educação. Além disso, estão negociando com algumas
38 representações de Deputados e buscando espaço de conversas com
39 representantes do Estado no Senado, a fim de identificar as linhas de
40 financiamento possíveis e a busca de recursos. Este mesmo trabalho
41 de mediação também está sendo feito com as Assessorias e
42 representações dos Deputados na ALEP e este é um momento muito

1 importante, porque eles estão discutindo as diretrizes para o
2 orçamento de 2024. Jonatan Marques da Silva relatou sobre uma
3 situação que ele e muitos outros moradores estão enfrentando em
4 relação ao portão do Jardim Colúmbia que se encontra sempre
5 fechado, dificultando a passagem de trabalhadores e estudantes que
6 precisam vir à UEL. Disse que recebeu várias reclamações e sugeriu
7 à Reitora a abertura do portão em horários alternativos. A Reitora
8 solicitou ao Jonatan que formalize o pedido e encaminhe à Reitoria
9 para que ela tenha condições de levantar informações e responder.
10 Profª Andrea Pires Rocha solicitou que a Reitora traga como informe
11 os encaminhamentos sobre essa questão. Nada mais havendo a
12 tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin,
13 Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata,
14 que assino juntamente com os membros do Conselho presentes à
15 reunião.

16

17 Marta Regina Gimenez Favaro

18 Reitora

19

20 Airton José Petris

21 Vice-Reitor

22

23 Paulo Liboni

24 Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade em exercício

25

26 Azenil Staviski

27 Pró-Reitor de Administração e Finanças

28

29 Ana Márcia Tucci Carvalho

30 Pró-Reitora de Graduação

31

32 Suzana Mali de Oliveira

33 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

34

35 Sérgio Carlos de Carvalho

36 Pró-Reitor de Planejamento

37

38

39

Diretores de Centros de Estudos

40

41 João Antônio Zequi

42 Diretor do Centro Ciências Biológicas

1	
2	Alan Salvany Felinto _____
3	Diretor do Centro de Ciências Exatas
4	
5	Carrie Chueire Ramos Galvan _____
6	Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde
7	
8	Rosane Suely Alvares Lunardelli _____
9	Vice-Diretora do Centro de Educação, Comunicação e Artes
10	
11	Luis Alberto Garcia de Freitas _____
12	Vice-Diretor do Centro de Educação Física e Esportes
13	
14	Laura Taddei Brandini _____
15	Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas
16	
17	Inês Cristina de Batista Fonseca _____
18	Diretora do Centro de Ciências Agrárias
19	
20	José Fernando Mangili Júnior _____
21	Vice-Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo
22	
23	Miguel Belinati Piccirillo _____
24	Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados
25	
26	<i>Representantes do CEPE</i>
27	Ângela P. T. Victória Palma _____
28	Representante (Pós-Graduação)
29	
30	Dircel Aparecida Kailer _____
31	Representante da Câmara de Pesquisa
32	
33	Renata Perfeito Ribeiro _____
34	Representante da Câmara de Pesquisa
35	
36	Andréa Pires Rocha _____
37	Câmara de Extensão
38	
39	Ayoub Hanna Ayoub _____
40	Representante da Câmara de Graduação
41	
42	

1 Roberta Puccetti _____
2 Representante da Câmara de Graduação

3
4 Larissa Bodroff Daros _____
5 Representante da Câmara de Graduação

6
7 Carlos Alberto Albertuni _____
8 Representante da Câmara de Graduação

9

10

11 *Representantes de cada Centro não vinculado à Instância*
12 *Administrativa*

13

14 Guilherme Schiess Cardoso _____
15 Representante suplente do CCA

16

17 Reginaldo Melhado _____
18 Representante do CESA

19

20 Elisa Emi Tanaka Carloto _____
21 Representante do CCS

22

23 Mirian Donat _____
24 Representante do CLCH

25

26 Paulo Cesar Meletti _____
27 Representante do CCB

28

29 Nilson Magagnin Filho _____
30 Representante do CTU

31

32

33 *Representantes das Categorias Docentes*

34

35 Eliel Ribeiro Machado _____
36 Representante dos professores Associado

37

38 Lorena Ferreira Portes _____
39 Representante dos professores Adjuntos

40

41 Sinival Osório Pitaguari _____
42 Representante dos professores Assistentes

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27

Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos

Rafael Bataglia da Silva _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Joabe Vieira da Costa _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Jonatan Marques da Silva _____
Representante suplente dos Servidores Técnicos Administrativos

Aurélio Pereira _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Representantes Externos

Luciana Toshie Sumigawa
Representante das Classes Trabalhadoras

Lenir de Assis _____
Representante do Poder Legislativo Municipal